

Setor público tem déficit de R\$ 21 bi

Resultado de agosto praticamente repetiu número do mês anterior; dívida bruta cresceu 0,15 ponto percentual e atingiu 78,55% do PIB

DE BRASÍLIA E SÃO PAULO

O setor público consolidado (governo central, estados, municípios e estaduais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) teve um déficit primário de R\$ 21,425 bilhões em agosto, praticamente repetindo o resultado do mês anterior (R\$ 21,348 bilhões), segundo dados divulgados pelo Banco Central ontem.

A dívida bruta do governo geral cresceu 0,15 ponto percentual na passagem de julho para agosto, de 78,40% para 78,55% do PIB. Em dezembro de 2023, estava em 74,42%. Em reais, o salto foi de R\$ 71,665 bilhões; de R\$ 8,826 trilhões, em julho, para R\$ 8,898 trilhões em agosto.

O indicador é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida maior o risco de calote por parte do Brasil.



Haddad, ministro da Fazenda: economistas admitem melhora da receita, mas novo bloqueio será necessário

No acumulado dos últimos 12 meses, o rombo ficou em R\$ 256,337 bilhões, o equivalente a 2,26% do Produto Interno Bruto (PIB). Até julho, esse déficit era de R\$ 257,742 bilhões (ou 2,29% do PIB).

O resultado primário reflete a diferença entre as receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

A abertura dos dados indica que, em agosto, houve um déficit primário de R\$

22,329 bilhões do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS); já as estaduais e os estados apresentaram superávit de R\$ 469 milhões e de R\$ 3,386 bilhões, respectivamente; no caso dos municípios, o

CONFIRA

>> Ascensão da dívida bruta

O pico da série da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

>> Discurso do ministro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem um alinhamento das políticas fiscal (comandada por sua pasta) e monetária (executada pelo BC), como condição para a economia crescer de forma sustentada. "Ou fiscal e monetário andam juntos virtuosamente, ou vamos ter problema", afirmou ele, em entrevista à Rádio CBN.

resultado foi um rombo de R\$ 2,951 bilhões.

ECONOMISTAS COMENTAM

Para o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, o rombo do governo central reflete o cresci-

mento insuficiente das receitas líquidas para compensar o aumento das despesas e os desembolsos para o Fundo Eleitoral, de cerca de R\$ 5 bilhões.

"Vemos uma melhora muito tímida no resultado do governo central, insuficiente para atingir a meta de resultado primário e, principalmente, estabilizar a dívida pública", escreveu ele, em relatório.

Já o Itaú Unibanco reforçou que há necessidade de um novo bloqueio de despesas do Governo Federal no relatório bimestral de novembro para garantir o cumprimento do limite de despesas em 2024 e a efetivação das medidas arrecadatórias visando o cumprimento da meta de primário.

Na avaliação do banco, a arrecadação segue se mostrando forte, mas os riscos fiscais continuam "elevados", dado o crescimento de gastos obrigatórios acima do limite definido no arcabouço. (Estadão Conteúdo)